
Educação: Projetos demais, verbas de menos

Entrevista do ministro da Educação, Tarso Genro, publicada no Jornal da Tarde no dia 04 de abril de 2004.

O ministro da Educação, Tarso Genro, sabe o que quer: dinheiro. Para executar todos os seus projetos - abrir cerca de 75 mil vagas para alunos carentes nas faculdades particulares já em agosto, contratar professores e aumentar a oferta nas universidades públicas, ampliar o ensino fundamental de 8 para 9 anos e reunificar o ensino técnico com o médio com qualidade -, ele precisa de recursos. E, para isto, garante já estar construindo politicamente fundos de financiamento para os ensinos básico e superior. Sem eles, acredita, nenhuma proposta para melhorar a qualidade da educação terá efeito.

Decidido quando o assunto é orçamento, Tarso Genro não é tão preciso ao explicar os vários projetos que já estão em andamento no MEC. Nesta entrevista, ele afirma que ainda não sabe como será a avaliação dos professores e que a seleção dos estudantes carentes poderá ocorrer por um confuso método de equivalência de vestibulares.

O ministro também conta que fará de 2005 o "Ano da Qualidade do Ensino Básico", promete fechar as faculdades que não se saírem bem no novo sistema de avaliação do ensino superior (Sinaes) e afirma que os estudantes graduados em universidades públicas deveriam retribuir sua formação. Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Jornal da Tarde - Quando irá começar o Universidade Para Todos (projeto no qual estudantes carentes que não conseguem vagas em universidades públicas estudarão em vagas ociosas de faculdades privadas com tudo pago pelo MEC)?

Tarso Genro - Se depender do nosso gosto, começa no segundo semestre. Na quarta-feira vamos editar a medida provisória. Nossa intenção é começar de uma maneira modesta, teremos entre 50 mil e 100 mil vagas, acho que com uma média de 75 mil vagas. Nós não podemos forçar as universidades a aderir e também não vamos aceitar cursos sem qualidade.

Jornal - Como será feita a seleção dos estudantes?

Tarso - Para se habilitar, tem de ser aluno pobre. Precisa viver com menos de um salário mínimo e meio per capita e ter tido bom desempenho em algum exame vestibular. Se tivermos uma demanda muito grande para algum curso e todos os estudantes forem de baixa renda, daremos preferência pelos que apresentarem maior mérito.

Jornal - Mas ele poderá ter ido bem em qualquer vestibular?

Tarso - Poderá ser no exame da instituição que ele quer, no de alguma universidade pública, no Enem. A questão do mérito será preservada, a vaga

será sempre para um aluno que tem condições. Então o MEC terá de levar em conta a equivalência dos vestibulares... Porque temos desde faculdades com provas complicadas até as que pedem apenas uma redação...

É claro que levaremos isso em conta mas, pela avaliação que temos, este problema não será tão difícil porque os alunos vão procurar as faculdades mais perto de suas casas. Quando houver o impasse, esse critério será levado em conta. E também temos a possibilidade de usar o Enem.

Jornal - Não seria mais barato abrir vagas em universidades públicas?

Tarso - Lamentavelmente não. Não é que a universidade pública seja cara, porque o bom ensino não tem preço, mas para abrir esse número de vagas imediatamente seria necessário um valor impossível de ser alcançado pela União. Isso não quer dizer que vamos abandonar esse caminho, pelo contrário. Toda a reforma da universidade está sendo feita para ampliar e fortalecer as vagas das instituições públicas. Em breve, vamos apresentar uma proposta. Estamos estudando com a área econômica do Governo quantos professores podemos absorver rapidamente por concurso. A partir daí, vamos negociar imediatamente com as universidades que têm potencial para a abertura de novas vagas.

Jornal - O aluno formado por uma universidade pública deve contribuir com a universidade depois de formado, seja prestando serviços ou fazendo doações?

Tarso - Sou muito simpático à visão de que todo aluno da rede pública superior deveria ter algum tipo de compromisso com a sociedade ao terminar sua formação. Mas isso não pode ser visto como o serviço militar nem pode ser tratado de uma maneira arbitrária porque as pessoas têm o direito de resolver suas vidas. Temos de discutir o assunto na reforma da universidade e embutir algum tipo de contraprestação social.

Jornal - E como controlar a abertura de novas instituições particulares?

Tarso - Temos de modificar a legislação que é ultraliberal. Hoje, quem regula é o mercado e temos de inverter o processo, regular essa abertura e articulá-la com o interesse social.

Jornal - Como o Sinaes (sistema de avaliação do ensino superior, que substituirá o Provão) vai ajudar a melhorar a qualidade das faculdades?

Tarso - Pelas avaliações. Acabamos com Provão mas não com a prova. Ela será feita por amostragem mas apresentará apenas um dos fatores do parecer final.

Avaliaremos a relação da faculdade com a comunidade, a infra-estrutura, a qualidade dos professores, o número de aulas. Um conjunto de fatores que não me lembro exatamente quais são está na lei e permitirá a avaliação total. Qual era o defeito do Provão? O defeito do Provão era que centrava a

avaliação em quem recebe o ensino e não em quem ensina. Talvez o problema de uma instituição não esteja nos alunos mas nos professores e, embora o Sinaes ainda não seja perfeito, é mais abrangente que sistema anterior.

Jornal - A faculdade que não for bem será fechada?

Tarso - Sim, a lei determina isso. Teremos uma fase de ajustes, com prazos para que se adequem. A partir daí, quando não forem cumpridos, chegaremos ao fechamento de escolas.

Jornal - O senhor acredita que o ranking das instituições vai mudar, já que o conhecimento agregado (aquilo que o aluno aprendeu durante o curso) será medido? Vamos saber quais faculdades conseguem realmente recuperar e ensinar os alunos já que o Sinaes mostrará como eles entraram e saíram?

Tarso - É difícil responder essa pergunta, muito difícil. Mas acredito que é possível que tenha alteração, é possível.

Jornal - Como será a reunificação do ensino médio com o técnico?

Tarso - Estamos trabalhando um projeto que dará uma variável técnica também ao ensino médio. Essa variável não é um estímulo para a formação de técnicos de segunda linha como você via na antiga concepção. Temos de considerar que existem pessoas que não querem entrar em uma faculdade e você tem de dar alternativa para elas. A tecnificação do ensino médio será uma possibilidade concreta para estudantes terem uma profissão e entrarem no mercado mesmo sem a universidade. Não fazer isso é desconhecer a realidade e trabalhar com a universidade ideal, que só vai existir no Brasil daqui 50 anos, com vagas para todos. Esse é um objetivo, mas a médio e longo prazos. Hoje temos, quem sabe, 13%, 12% dos jovens de 18 a 24 anos nas universidades. No Canadá são 92%. Quando vamos chegar a esse percentual? Isto vai demorar 20, 30 anos, quem sabe 40. Por que não dar esta oportunidade? Vamos sim dar a possibilidade.

Jornal - A reunificação já começa no ano que vem?

Tarso - Não posso adiantar quando vai começar porque estamos terminando a regulamentação desse processo. Vai ter de tramitar no Congresso e acho que se completará entre dois e quatro anos.

Jornal - O senhor vai colocar em prática a reforma do ensino médio do governo FHC que não saiu do papel (a reforma previa cursos optativos e a divisão das disciplinas tradicionais em três grandes áreas)?

Tarso - Há algumas questões que estamos retomando. Mas não posso adiantar nada agora porque há um grupo trabalhando em cima de um documento inicial que em breve apresentará algumas propostas de reforma para todo o ensino básico (ensinos infantil, fundamental e médio). Só que todas as modificações são secundárias em relação a uma outra questão, que é a constituição do Fundeb (Fundo do Desenvolvimento do Ensino Básico).

Se não tivermos um sistema de financiamento para ajudar na melhoria da qualidade de toda a educação, nada do que se fizer terá efeito.

Jornal - O Fundeb vai substituir o Fundef (Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental que prevê que 15% da arrecadação dos estados e municípios sejam destinados ao ensino de 1.ª a 8.ª séries) e ser ampliado para educação infantil e ensino médio. É isso?

Tarso - É. Vai funcionar de maneira similar ao Fundef só que aprimorado. Precisa ter mais recursos, mais controle externo de prefeitos e secretários e conter recursos vultosos para a formação e os salários dos professores.

Jornal - E ele será vinculado a uma porcentagem da arrecadação? De quanto?

Tarso - Será vinculado, mas ainda não sabemos qual será a porcentagem. Devemos ter o projeto pronto em julho.

Jornal - Será possível ampliarmos o ensino fundamental de 8 para 9 anos?

Tarso - Sim. É uma das questões que não queria adiantar, mas é possível.

Jornal - Precisaria de muitos recursos?

Tarso - Sim e só seria possível com o Fundeb. Então ainda não há expectativa de quando a ampliação ocorreria... Não, não há.

Jornal - E a adoção do período integral?

Tarso - É o ideal. Um ideal opcional que só pode ser realizado em um segundo grande passo da universalização, que é a universalização da qualidade. Mas não pode ser obrigatório porque o período integral é também um instrumento de retirada do espaço de socialização da criança que é sua rua, seu bairro, sua família. Temos de considerar tudo isso.

Jornal - Vai dar para alfabetizar os 15 milhões de brasileiros como prometido?

Tarso - Eu chamei isso de utopia e é utopia no sentido de que é um objetivo difícil de ser atingido e não impossível. Essa utopia deve ser mantida, é uma utopia realizável. Vamos procurar alcançar a meta mas não pode ser prometido.

Jornal - Como vai ser a avaliação dos professores do ensino superior?

Tarso - Eu não tenho precisão técnica para te dizer como será.

Jornal - E a dos professores da educação básica?

Tarso - Será dentro de uma avaliação completa. Neste ano, faremos um vigoroso trabalho de avaliação dos professores e dos alunos e, ainda, ouviremos a opinião da comunidade escolar. Vamos transformar 2005 no Ano da Qualidade do Ensino Básico e buscar o grande salto da qualidade. Os alunos serão avaliados por um Saeb (Sistema de Avaliação do Ensino Básico) ampliado e universalizado.

Jornal - E os professores?

Tarso - Será uma avaliação por amostragem.

Jornal - Em forma de prova?

Tarso - Não tenho condições de te dizer agora.

Jornal - O senhor afirmou que "todos os ministérios, sem exceção, sentem falta de dinheiro". Qual seria o orçamento ideal para o MEC?

Tarso - O orçamento ideal seria aquele que me permitisse resolver todos os grandes problemas da educação hoje. Não tenho idéia de quanto seria porque não tenho a utopia de alcançá-lo com tanta brevidade. Mas temos dois elementos fundamentais que estamos construindo politicamente neste ano que são o Fundeb e o Fundo de Financiamento do Ensino Superior, com repasses diretos e mais agilidade.

Jornal - Quais são os grandes problemas da educação hoje?

Tarso - São o porcentual de analfabetos no País, a qualidade precária da universalização do ensino fundamental e a degradação financeira das universidades públicas combinada com a avassaladora e irresponsável proliferação de cursos privados, embora haja vários bons.

Jornal - E o que o senhor não quer deixar de fazer antes de sair do MEC?

Tarso - É tão difícil escolher uma dessas três prioridades... Eu não quero deixar de dar um bom passo nessas três frentes e sei que é possível fazer isso.

Jornal - Com esses passos, os brasileiros voltarão a ter orgulho de estudar em um colégio público desde pequenos?

Tarso - Isso é o ideal. Seria o ideal.